



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de abril de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da Ata n.º 68, relativa a 5 de abril de 2017;*
3. *Ratificação das votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho sobre o Registo Oncológico Nacional (RON), relativas ao Texto Final da PPL n.º 33/XIII/2.ª - «Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento da base de dados»;*
4. *Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, solicitando uma audição com o Presidente da APIFARMA e com a Presidente da APORMED, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»;*
5. *Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição das seguintes entidades, para esclarecimentos sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015»: 1. Associação Portuguesa de Hospitalização Privada; 2. Administração Central do Sistema de Saúde; 3. Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares;*
6. *Outros assuntos.*

*10:30 Audição da Presidente da ERS, Professora Dr.ª Sofia Nogueira da Silva, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, para apresentação do Plano de Atividades de 2017 e programação do seu desenvolvimento.*

---

#### 1. Informações

O Presidente informou que às 15 horas ia receber os representantes das Ordens Profissionais a propósito da PPL n.º 34 que «Procede à definição e à regulação dos atos do biólogo, do enfermeiro, do farmacêutico, do médico, do médico dentista, do nutricionista e do psicólogo», convidando os Deputados a estarem presentes. Informou ainda que vai ser prorrogado o prazo da PPL n.º 34 (Atos em Saúde) por mais 60 dias e o prazo da PL n.º 38 (Tabaco) por mais 30 dias.

#### 2. Apreciação e votação da Ata n.º 68, relativa a 5 de abril de 2017



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

A ata n.º 68, relativa a 5 de abril, foi aprovada por unanimidade, com a ausência do BE e do PEV.

3. Ratificação das votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho sobre o Registo Oncológico Nacional (RON), relativas ao Texto Final da PPL n.º 33/XIII/2.ª - «Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento da base de dados»

A Deputada Eurídice Pereira apresentou propostas de alteração aos artigos 10.º, 17.º e 18.º da PPL n.º 33, referindo que a PPL havia sido votada indiciariamente no grupo de trabalho.

O Deputado Luís Vales, coordenador do GT RON, congratulou-se pela maneira como decorreram os trabalhos. Agradeceu a todos os grupos parlamentares o empenho e a ampla cooperação na prossecução de um trabalho enriquecedor sobre uma matéria que no futuro pode contribuir para a luta contra as doenças oncológicas. Deu nota de que se chegou a consenso na grande maioria dos artigos.

A Deputada Eurídice Pereira agradeceu a colaboração de todos. Reconheceu que o bom funcionamento do GT RON deve ser um exemplo a seguir e que todos os grupos parlamentares se esforçaram para encontrar um consenso.

A Deputada Isabel Galriça Neto reiterou o que foi dito e ficou agradada pelo consenso encontrado, sublinhando que o resultado final é satisfatório. Reforçou que todo o trabalho que se faz nesta área é bem-vindo e necessário.

A Deputada Carla Cruz reiterou o que foi dito. O GT fez um conjunto de audições que foram muito úteis para o trabalho final. Tentou-se melhorar, salvaguardando os aspetos fundamentais e o resultado final é melhor do que a proposta.

O Deputado Jorge Falcato Simões corroborou o que foi dito, enaltecendo o trabalho realizado.

O Presidente propôs que a metodologia de votação fosse a de votar em primeiro lugar as propostas de alteração apresentadas pelo PS aos artigos 10.º, 17.º e 18.º, seguindo-se a ratificação das votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho, no referente ao restante articulado e título, o que foi aceite. As votações constam do Relatório de discussão e votação, em anexo à presente ata.

O Presidente felicitou o Grupo de Trabalho na pessoa do seu coordenador, Deputados Luís Vales, pelo excelente trabalho realizado.

4. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, solicitando uma audição com o Presidente da APIFARMA e com a Presidente da APORMED, «com o objetivo de explicar a esta Comissão a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

evolução do aumento que se tem registado nas dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica e às empresas de dispositivos médicos»

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição do Presidente da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) e da Presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos (APORMED). Disse que tem acompanhado esta matéria há meses e tem questionado o Ministro sobre o aumento do atraso nos pagamentos, que reiteradamente tem desvalorizado as preocupações manifestadas pelo CDS-PP, mas finalmente é reconhecido esse atraso, de acordo com os dados publicados pela APIFARMA e pela APORMED, que revelam o aumento das dívidas registado em fevereiro de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Entende que devem ser ouvidos os credores para se conhecer a real gravidade da situação e qual o impacto das dívidas no funcionamento dos hospitais e na assistência prestada aos utentes. Lembrou que os próprios profissionais de saúde têm chamado a atenção para a deterioração do SNS. A situação é preocupante e deve ser objeto de medidas concretas.

A Deputada Carla Cruz referiu que o GP do PCP não desliga a situação, que é real, embora tenha havido um aumento no financiamento do SNS nos últimos anos, de um subfinanciamento do SNS ao longo dos anos. Julga que a questão dos medicamentos, em termos de produção nacional, poderia não depender da indústria farmacêutica, porque existem equipamento e laboratórios para produzir os medicamentos e que a própria indústria já se desinteressou de os produzir. Informou que acompanhará o requerimento, frisando que ainda bem que o PSD e o CDS-PP estão na oposição porque anteriormente raramente aprovavam os requerimentos.

O Deputado António Sales informou que viabilizará o requerimento porque se deve conhecer toda a problemática. Reconheceu que o sistema está subfinanciado, tendo as áreas dos medicamentos e dos dispositivos médicos sido sacrificadas.

A Deputada Ângela Guerra disse que o requerimento do CDS merece a sua concordância porque se debruça sobre uma área que o PSD tem vindo a questionar. Na sequência da notícia do jornal público ficou-se a saber que a dívida voltou a disparar, ao crescer um milhão de euros por dia, podendo estar em causa a sustentabilidade do SNS porque desde que este Governo entrou em funções a dívida vencida já se agravou 49%.

O Presidente colocou o requerimento do CDS-PP à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

5. Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição das seguintes entidades, para esclarecimentos sobre o «significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015»:1. Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP);2. Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS);3. Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH)

A Deputada Ângela Guerra apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, da Administração Central do Sistema de Saúde e da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares. Disse que tem havido um aumento das dívidas dos Hospitais EPE, mas também das dívidas do SNS a entidades privadas e de cuidados continuados. Considera que o contributo destas Associações é essencial para se perceber a dimensão do problema. Considera ainda que é importante ouvir a ACSS que é a «*responsável pelo planeamento e coordenação dos recursos financeiros do SNS*». Não se percebe porque é que o portal do SNS só disponibiliza dados relativos às dívidas de 2016 e não os atualiza, o que demonstra falta de transparência. Os contributos da APAH serão muito úteis tendo em conta «*o conhecimento que têm acerca da realidade e dos problemas que caracterizam o SNS*». Frisou que é importante ouvir a APHP, que representa os hospitais privados que prestam serviço ao SNS.

O Deputado António Sales informou que a oposição continua a assentar o seu discurso numa análise pontual da dívida e não nos resultados finais. Reconheceu que existe um aumento da dívida, mas também é justo reconhecer que houve uma melhoria do acesso dos utentes aos cuidados de saúde. Será útil ouvir estas entidades para se perceber a que se deve esse aumento.

A Deputada Carla Cruz lembrou que o recurso sistemático à externalização de serviços durante o governo anterior agravou a situação. Referiu que viabilizará o requerimento do PSD.

A Deputada Isabel Galriça Neto informou que viabilizará o requerimento.

O Presidente colocou o requerimento do PSD à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Presidente propôs que a audição das várias entidades se realize em conjunto ou então por cada requerimento. A Deputada Ângela Guerra propôs que se fizessem cinco audições separadamente e a Deputada Isabel Galriça Neto propôs que as audições propostas no seu requerimento sejam individuais.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

10:30 - Audição da Presidente da ERS, Professora Dr.ª Sofia Nogueira da Silva, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, para apresentação do Plano de Atividades de 2017 e programação do seu desenvolvimento

A Professora Sofia Nogueira da Silva, Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), agradeceu ser recebida pela Comissão, lembrando que, tal como a lei prevê, enviou o Plano de Atividades que define as orientações estratégicas para a ERS em 2017. Disse ser um prazer ser recebida pela Comissão de Saúde nesta sua primeira vinda como Presidente da ERS (tomou posse em junho de 2016). Começou por fazer um introito sobre a missão e atribuições da ERS e sobre a sua estrutura orgânica, referindo que se procedeu à reorganização interna dos serviços criando quatro Departamentos: de Intervenção Administrativa e Sancionatória; do Utente; de Registo e Licenciamento e de Estudos e Avaliação em Saúde. Deu conta das atividades de regulação, de gestão e suporte e da mobilização de recursos, frisando que a atividade possível está estabilizada, restando agora fazer mais e melhor num setor que tem um universo concreto de 25 mil estabelecimentos de saúde de múltiplas dimensões, tendo a maior parte prestação pública. Referiu que as prioridades estratégicas e eixos de atuação da ERS, que tem uma visão plurianual, 2017-2019, deve ser centrada na regulação e supervisão dos direitos e interesses dos utentes e na regulação e supervisão da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde. Apresentou o Plano de Atividades para 2017 que enumera os grandes objetivos da ERS, referindo, entre outras coisas, contratar novos colaboradores, garantir a liberdade de escolha dos utentes, aumentar a presença da ERS em ações de fiscalização, criar uma unidade económica e financeira, criar uma área de mediação de conflitos, zelar pelos cuidados de saúde de qualidade e desenvolver o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS). Informou que foi feito um estudo sobre literacia em saúde que vai ser divulgado brevemente.

Para tecer considerações e formular perguntas usaram da palavra os Deputados Ângela Guerra, António Sales, Jorge Falcato Simões, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz.

A Deputada Ângela Guerra agradeceu a presença e as informações prestadas pela Presidente da ERS. Colocou questões, nomeadamente sobre as competências previstas no Departamento de Supervisão do Sistema de Saúde do anterior plano de atividades, perguntando se essas competências estão definidas no atual Plano e como se processa essa supervisão, se o SINAS, que tem evidenciado um bom trabalho, vai atuar na área dos cuidados de saúde primários e se a ERS tem atuado na área oncológica, tendo presente o Parecer emitido pelo Instituto Português de Oncologia sobre a transferência de doentes para o setor público quando o seu percurso terapêutico foi iniciado noutras instituições, bem como a quantificação desses doentes. Referiu que a gestão



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

de um conjunto de hospitais, de Serpa, Anadia a Fafe, tinha sido transferida para as misericórdias locais, mas essa transferência foi anulada pelo atual Governo, perguntando à ERS se fez ou vai fazer algum estudo ou relatório de avaliação de acesso a esses hospitais. Disse que as Ordens dos Médicos e dos Médicos Dentistas exigem uma diminuição das taxas aplicadas aos prestadores e agora há um Relatório do Tribunal de Contas que lhes vem dar razão, perguntando se a ERS prevê a revisão dos critérios das taxas. O Programa Nacional de Reformas previa o desenvolvimento de uma linha de atendimento com diversas funcionalidades, por cooperação entre o Ministério da Saúde e a ERS, perguntando qual é o balanço sobre a concretização e efetivação das medidas.

O Deputado António Sales referiu que a ERS, que foi criada em 2003, é um órgão independente que regula e certifica todos os estabelecimentos de saúde públicos e privados. Abordou a questão relativa à alta rentabilidade da ERS e, a este propósito, referiu queixas de donos de pequenos consultórios sobre o montante das taxas, que segundo alguns tiveram de fechar devido ao montante a pagar. Também o relatório do Tribunal de Contas disse que a ERS não defendia os direitos dos utentes, que as taxas cobradas foram substancialmente superiores ao serviço prestado e que a ERS tem muitos dirigentes para poucos trabalhadores. Perante isto, perguntou o que está a ser feito para implementar as recomendações do TC, bem como para melhorar a perceção que a sociedade civil tem da ERS.

O Deputado Jorge Falcato Simões agradeceu a presença e a exposição da Presidente da ERS e colocou questões sobre o acesso aos cuidados de saúde, designadamente sobre a falta de adaptação dos espaços de serviços públicos e que são licenciados pela ERS. Lembrou que foi publicada legislação que previa que todos os espaços estariam acessíveis em fevereiro de 2017.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou e agradeceu a exposição didática. Sem prejuízo das questões já formuladas, perguntou à responsável da ERS quais são as áreas prejudicadas e o que tem sido feito menos bem. Perguntou ainda o que está a ser feito pela ERS sobre as más práticas da publicidade em saúde, nomeadamente na área oncológica onde se prometem resultados que não são sustentáveis pela evidência clínica. Julga que é uma área onde é possível melhorar.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a responsável pela ERS e agradeceu o envio antecipado do Plano de Atividades, que permite aos Deputados ter uma perceção real do documento. Abordou a falta de recursos humanos a que aludiu e os constrangimentos em recrutá-los, perguntou qual é a perspetiva para 2017 em termos de pedidos e quais os autorizados. Perguntou ainda o que está a ser feito para banir as práticas publicitárias que não salvaguardam os utentes, se está prevista a redução das taxas para ultrapassar as dificuldades dos pequenos prestadores, se tem informação



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

sobre o registo de estabelecimentos onde são praticadas as TNC e se estão salvaguardados os dados sensíveis.

A Presidente da ERS agradeceu as questões colocadas. Esclareceu que o Departamento do Utente já existia e estava focado para o tratamento das reclamações, mas que, em seu entender, deve abranger mais do isso e agora é uma Unidade de informação em literacia. As estruturas da ERS podiam responder melhor se tivessem mais recursos humanos, informando que está em curso um pedido de autorização para contratar 27 profissionais, esperando que no próximo ano sejam mais. Em termos do projeto SINAS referiu estar preocupada com a área dos cuidados de saúde primários. Disse que a ERS não se imiscui nas políticas de saúde, designadamente se terminam os acordos com o setor social, salientando que a ERS tem responsabilidade sobre todos os prestadores de saúde. Sobre a publicidade enganosa disse que foram instaurados processos de contraordenação, preocupando-a também a publicidade aos suplementos, mas o seu combate não está na esfera da ERS, o que pode fazer é dar cada vez mais informação aos utentes. Entende que o escrutínio é normal na vida das organizações, considerando natural que sejam identificadas áreas de melhoria, salientando que a Entidade Reguladora sai mais forte depois do escrutínio realizado pelo TC. Informou que o valor das taxas é definido por Portaria, reconhece que a receita da ERS tem vindo a crescer, mas para um adequado cumprimento da sua missão é preciso gastar mais. Considera que os comentários dos Bastonários e de outras entidades são sempre positivos para as organizações, desde que sejam fundamentados.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Ângela Guerra, Jorge Falcato Simões e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente da ERS.

O Presidente agradeceu a presença da Presidente da ERS bem como os esclarecimentos.

A reunião foi encerrada às 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação se acedida nos seguintes links:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170412\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170412_1.mp3)

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1868&title=audicao-da-entidade-reguladora-da-saude-ers>

Palácio de São Bento, 12 abril 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
Luísa Salgueiro  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

José Luís Ferreira